



GOVERNO MUNICIPAL DE
ORÓS
Gabinete do Prefeito

*Retirado de pauta
Anual*

PROJETO DE LEI Nº. 172/2019

ORÓS 23 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A GUARDA, O DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORÓS, no uso de suas atribuições legais, remete a Câmara Municipal o seguinte projeto de lei:

CÂMARA MUNICIPAL DE ORÓS-CE

ÀS COMISSÕES COMPETENTES
PARA ESTUDO E PARECER

Capítulo I

Seção I

ORÓS-CE 03 110 / 2019

Disposições Gerais

[Assinatura]
Luís Alves de Araújo
PRESIDENTE

Art. 1º Ficam o Município de Orós e o Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, localizada neste Município, na forma da legislação vigente, autorizados a proceder à guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, nas vias públicas abertas à livre circulação deste Município.

Parágrafo Único. O Município de Orós, regulamenta ainda os procedimentos para a alienação de veículos apreendidos por infrações relacionadas ao estado de conservação e segurança ou por irregularidades documentais.

Art. 2º O serviço municipal de retenção, remoção, apreensão, guarda e depósito de veículos automotores consiste na manutenção de guinchos e pátios de recolhimento, mediante a cobrança das despesas decorrentes da retenção, remoção, apreensão, guarda, depósito e custódia diária dos veículos, cujos valores estão fixados no artigo 9º desta Lei.

Art. 3º A exploração deste serviço poderá ser realizada diretamente ou de forma delegada a terceiros, através de procedimento licitatório, pessoas jurídicas de

Endereço: Praça Anastácio Maia, 40, Centro, Orós-CE
CEP: 63520-000 Telefone: 88 3584-1188
www.oros.ce.gov.br

CÁMARA MUNICIPAL DE OROS
PROCESO N° 425/2019
RECEBI HOJE: 27/12/2019
Sr. Tarciso Andrade
SERVIDOR(A)



direito privado, mediante permissão, autorização ou concessão, as quais, na hipótese, serão as responsáveis pelos serviços criados por esta Lei.

Parágrafo único. Nos casos de interesses coletivos, difusos ou emergência transitória, devidamente demonstrada através de documento expedido pela DEMUTRAN ou pelo Comando da Polícia Militar de Orós, esta delegação poderá ser autorizada, a título precário, pelo Poder Executivo Municipal, não podendo ultrapassar o prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que o interesse público justifique.

Seção II

Da Retenção, Remoção, Apreensão, Guarda e Depósito dos Veículos

Art. 4º Caberá ao Departamento de Trânsito do Município, órgão gerenciador, controlador e executor das atividades de trânsito em todo o território municipal, a adoção das medidas necessárias à implementação dos serviços de retenção, remoção, apreensão, guarda e depósito de veículos que tenham sido recolhidos por infrações de trânsito e aplicação das medidas administrativas e penalidades cabíveis nos casos decorrentes de infrações de trânsito, oriundas de circulação, estacionamento e parada nas vias públicas.

Art. 5º Caso a exploração deste serviço seja realizada por terceiro, mediante delegação do Poder Público Municipal, o explorador dos serviços deverá cumprir, cumulativamente, no mínimo os seguintes itens:

- I. Ter um local apropriado, na área urbana do Município, com o devido alvará de licença para localização e funcionamento e "habite-se", cercado, iluminado, com escritórios, banheiros e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 (vinte e quatro) horas por dia, a fim de atender, tanto os agentes fiscalizadores e autoridades de trânsito, assim definidos em Lei, quanto o público em geral, inclusive na hipótese de realização de leilão;



II. Zelar pela total segurança dos veículos apreendidos e depositados, dos quais passa a ser fiel depositário;

III. Ter uma área coberta, que proporcione o abrigo de, no mínimo, 50 (cinquenta) automóveis e 50 (cinquenta) motocicletas, e ainda um pátio que possa abrigar no mínimo 150 (cento e cinquenta) veículos;

IV. Receber todo e qualquer veículo, conforme classificação do artigo 96 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997), quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes fiscalizadores e autoridades de trânsito, excetos àqueles de tração animal;

V. Liberar o veículo somente para seu proprietário, sendo imprescindível apresentação de Carta de Liberação expedida pelo Chefe da DEMUTRAN com sede no Município ou por pessoa por este designada, uma vez atendidas às exigências da Legislação de Trânsito;

VI. Possuir livro de registro diário, do qual devem constar, cumulativamente, no mínimo os seguintes dados:

- a) identificação do veículo recebido;
- b) nome, endereço e identidade do proprietário e condutor;
- c) data e horário de recebimento;
- d) nome e identidade do agente fiscalizador ou autoridade de Trânsito responsável pela medida administrativa;
- e) data e saída do veículo;
- f) outros dados que se façam necessários.



VII. Não explorar, no mesmo local destinado à instalação do depósito, qualquer atividade relacionada ao comércio de veículos, peças ou similares, tais como loja, oficina, ferro-velho, entre outros.

§ 1º O explorador desta atividade sujeitar-se-á a inspeções realizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, Comandante da Organização Policial Militar local, Chefe da DEMUTRAN ou por qualquer pessoa por uma dessas autoridades designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos previstos neste Diploma Legal.

§ 2º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador às sanções e penalidades previstas nas Leis 8.666/93 e 8987/95 e suas respectivas alterações, bem como demais legislações pertinentes.

§ 3º Entende-se por agente fiscalizador e autoridade de trânsito, todo aquele que, de uma forma ou de outra, contribua, dentro dos limites de sua competência, para o disciplinamento e fiscalização no que tange à matéria de trânsito.

Art. 6º O disposto no artigo anterior aplica-se também ao Município e à DEMUTRAN, no caso de exploração direta.

Seção III

Da Concessão do Serviço Público

Art. 7º Para fins de cumprimento da Legislação de Trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito de que trata esta Lei, deverá ser feito por pessoas jurídicas de direito privado credenciadas junto ao Departamento de Trânsito do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal fixará, por Decreto, os requisitos necessários para o credenciamento, operação e outras condições de funcionamento dos serviços de que trata este artigo.



Seção IV

Das Tarifas

Art. 8º As tarifas cobradas relativas aos serviços de remoção, guarda, depósito e estadia dos veículos é resultado da média aritmética dos preços de mercado praticados na região, como forma de manter o equilíbrio e uma faixa adequada ao mercado, e estão fixadas no art. 9º da presente Lei.

§ 1º O valor das tarifas a que se refere o *caput* deste artigo será lançado em reais e sua atualização monetária, a cada período de 12 (meses) será realizada pela variação acumulada do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 2º As tarifas de remoção, estadia, depósito e guarda do veículo junto ao pátio de depósito serão cobradas do seu proprietário a partir do momento em que se proceder a apreensão e conseqüente remoção até a data da efetiva liberação.

§ 3º A apreensão e remoção consistem no desiocamento do veículo guincho até o local onde se encontra o veículo a ser recolhido e a condução até o local de depósito do mesmo.

§ 4º A guarda, depósito e estadia consistem na manutenção do veículo removido ou apreendido em instalações do poder público ou de empresa contratada, onde garanta-se a segurança ao patrimônio particular.

§ 5º A diária de custódia consiste na tarifa de manutenção diária do veículo sob custódia do poder público ou de empresa contratada, e será contada do dia de remoção do veículo até a data da efetiva retirada do mesmo.

§ 6º A diária de custódia será calculada por dia, sendo considerada desde a data de remoção até a da efetiva retirada do veículo retido.



Art. 9º Fica fixada a tarifa para cobrança das despesas decorrentes da retenção, remoção, apreensão, guarda, depósito e custódia diária de veículos, conforme abaixo:

I - Remoção:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 75,00
Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 85,00
Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 130,00

II - Guarda e Depósito:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 18,00
Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 28,00
Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 45,00

III- Custódia Diária:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 8,00
Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 10,00
Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 20,00

Art. 10. Ao Departamento de Trânsito do Município caberá fiscalizar os serviços criados por esta Lei, de acordo com a legislação em vigor, em especial o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Art. 11. A remoção somente poderá ser efetuada pelo Poder Público ou pela empresa contratada para tal finalidade, na presença e com a prévia autorização do agente fiscalizador ou autoridade de trânsito responsável pela autuação.



Art. 12. Em nenhuma hipótese o pagamento das tarifas poderá ser recebido diretamente pela empresa contratada, devendo esta possuir sistema de cobrança bancária automatizado, com código de barras e identificação específica do proprietário e veículo apreendido.

Capítulo II

Título I

Do Processo Administrativo

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. Os veículos apreendidos serão encaminhados ao pátio de depósito, onde o funcionário responsável promoverá a abertura de processo administrativo composto de um relatório sobre o estado do veículo, seus pertences, acessórios e/ou boletim de ocorrência policial.

§ 1º. O proprietário do veículo será notificado do valor da diária, comprovando-se o recebimento da mesma.

§ 2º. Passados 30 (trinta) dias da apreensão do veículo o proprietário será notificado para que seja providenciado a retirada do mesmo e que seja liquidado o valor das diárias, sob pena de leilão.

Art. 14. A liberação do veículo se dará mediante a apresentação, pelo proprietário, de guia ou boieto bancário devidamente autenticado junto à instituição financeira ou estabelecimento similar e de **CARTA DE LIBERAÇÃO** expedida pela **DEMUTRAN**, com a autorização com vista à liberação e retirada do mesmo.

Art. 15. Ficam isentos de pagamento das tarifas do serviço os proprietários de veículos apreendidos por motivo de furto ou roubo.



Art. 16. Em caso de delegação pelo Poder Público Municipal, a empresa contratada manterá, durante todo tempo da autorização, permissão ou concessão, seguro total de responsabilidade civil destinado a cobrir eventuais prejuízos causados por danos materiais (furto, roubo, incêndio e outros), morais e contra terceiros, nos veículos em remoção, removidos e/ou depositados sob sua responsabilidade.

Art. 17. O Departamento de Trânsito do Município poderá autorizar pontos para localização de equipamentos destinados à execução do serviço, fora do pátio de depósito de veículos, destinados a agilizar o procedimento de retenção, apreensão e remoção.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, mediante prévio aviso, o Departamento de Trânsito do Município poderá requisitar a presença de pessoal e equipamentos da empresa contratada para atender a operações especiais.

Seção II

Do Leilão

Art. 18. Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e não reclamados por seus proprietários, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, serão levados à hasta pública, cujo montante arrecadado servirá para quitação, pela seguinte ordem:

- I. Custas do leiloeiro;
- II. Custas administrativas do processo de hasta pública com editais, publicações, correspondências e outros;
- III. Despesas decorrentes dos serviços de retenção, remoção, apreensão, guarda, estadia e depósito;
- IV. Quitação da dívida relativa a multas, tributos e encargos legais; e,



V. O saldo restante, se houver, será depositado à conta do ex-proprietário, na forma da lei.

§ 1º Os veículos serão avaliados levando-se em consideração o parâmetro divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe, nos seguintes critérios:

I - 80% do valor, para o primeiro leilão;

II - 60% do valor, para o segundo leilão.

III - maior lance, em terceiro leilão.

§ 2º Não será aceito lance que, em segundo leilão, ofereça preço vii.

§ 3º Entre o primeiro e segundo leilão deverá haver um interregno de 10 (dez) dias.

Art. 19. O leilão, bem como a arrematação poderá ser realizado por lote de veículos.

Art. 20. Nenhum veículo apreendido poderá permanecer em depósito no pátio por mais de 180 (cento e oitenta) dias, contados do auto de apreensão.

Parágrafo Único. Esta lei não se aplica aos veículos apreendidos em razão de ordem judicial, por furto ou para fins de investigação policial. Para os casos de furto, ficam dispensados as despesas com guinchos, multas do dia do furto e estadia.

Art. 21. Fica o poder Executivo autorizado a nomear comissão de leilão de veículos apreendidos.



Capítulo III

Disposições Finais

Art. 22. Em caso de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no § 5º do artigo 270 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

Art. 23. O Poder Executivo Municipal poderá expedir Decretos e/ou Resoluções regulamentando as disposições da presente Lei.

Parágrafo Único. O Poder Executivo, poderá expedir ainda Portarias, para regulamentar à nível municipal, resoluções e/ou portarias expedidas pelos órgãos superior de trânsito, de maneira à facilitar a execução da presente legislação.

Art. 24. Os veículos que já se encontram há mais de 01 (um) ano, apreendido no pátio do DEMUTRAN, respeitados os dispostos nesta Lei, deverá ser certificado pelo Diretor da Autarquia Municipal, devendo:

I – Expedir imediatamente a notificação dos proprietários, para que estes façam cumprir o disposto no art. 13 desta Lei, sob pena de serem levados imediatamente à hasta pública, dispensado o prazo do art. 18;

II – Em não sendo possível a localização do Proprietário, deverá o Diretor, imediatamente, dar notificar o proprietário do veículo, pela via editalícia, fazendo afixar em flanelógrafo da Autarquia, da Prefeitura, Câmara, bem como Diário Oficial adotado pelo Município;

III – Respeitado os prazos e mesmo assim o proprietário do veículo não comparecendo a Autarquia Municipal de Trânsito, deverá o Diretor desta



GOVERNO MUNICIPAL DE
ORÓS
Gabinete do Prefeito

certificar o cumprimento das notificações na forma dos incisos I e II deste artigo, assinado por duas testemunhas, e encaminhar os veículos à leilão na forma da lei.

Art. 25. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS, EM 23 DE SETEMBRO DE
2019.**

Simão Pedro Alves Pequeno
Prefeito Municipal